

**HABEAS CORPUS Nº 537.932 - SP (2019/0300452-5)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
**(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**IMPETRANTE : BIANCA FIORAMONTE LANA**  
**ADVOGADO : BIANCA FIORAMONTE LANA - SP296379**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO**  
**PACIENTE : ALFREDO DE ALCANTARA**

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em favor de **ALFREDO DE ALCANTARA**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal Regional Federal da 3ª Região**.

Narra a inicial que o paciente foi **condenado, com trânsito em julgado**, por crimes de sonegação fiscal (art. 1º, I, da Lei n. 8.137/90), apurados nos processos criminais n. 0000931-32.2015.403.9999 e n. 0010713-86.2007.403.6105.

Atualmente, os feitos **se encontram em fase de execução definitiva** (processos n. 0010713-86.2007.4.03.6105 e n. 0010516-82.2017.403.6105).

Irresignada, a d. Defesa impetrou **habeas corpus** na origem, o qual teve a sua ordem **denegada** em v. acórdão assim ementado (fls. 96-103):

*"PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ART. 1º, I, DA LEI Nº 8.137/1990. TRÂNSITO EM JULGADO DA CONDENAÇÃO. EXECUÇÃO PENAL. PENDENTE O CUMPRIMENTO DO MANDADO DE PRISÃO. DECISÃO LIMINAR PROFERIDA NO RE Nº 1.055.941/SP NÃO ALCANÇA PROCESSO COM TRÂNSITO EM JULGADO. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.*

*- O paciente foi denunciado como incurso no artigo 1º, inciso I, da Lei nº 8.137/1990, por fatos ocorridos nos anos de 2000 e 2001, tendo sido condenado por sentença à pena de 03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão. Em sede de apelação, os autos foram desmembrados (autos nºs. 010713-86.2007.4.03.6105 e 0000931-32.2015.4.03.9999). Nos autos nº 0010713-86.2007.4.03.6105, a pena foi reduzida para 03 (três) anos de reclusão, por fatos relativos ao ano de 2001. Por sua vez, os fatos*

*relativos ao ano de 2000 deram ensejo à ação penal nº 0000931-32.2015.4.03.9999, cuja pena foi mantida em 03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão, sendo determinada novamente a reunião dos processos para a execução da pena.*

*- O acórdão transitou em julgado para o Ministério Público em 17.06.2015. Os Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela defesa em face do v. acórdão não foram admitidos. Na mesma diretriz, os agravos apresentados em face dos despachos denegatórios não foram conhecidos.*

*- Certificado o trânsito em julgado, os autos da execução foram autuados sob nº 0010516-82.2017.403.6105, encontrando-se o paciente atualmente foragido e pendente a execução das penas. De acordo com as informações prestadas pela autoridade impetrada, o mandado de prisão pende de cumprimento para a expedição da guia de recolhimento para início da execução da pena.*

*- O impetrante pugna pelo reconhecimento da nulidade das provas compartilhadas indevidamente pela Receita Federal nos autos nº 0010713-86.2007.403.6105; ou, pelo menos a suspensão do andamento dos processos 0010713-86.2007.403.6105 e 0010516-82.2017.403.6105, até o final do julgamento da Repercussão Geral admitida pelo C. STF no RE nº 1.055.941.*

*- A autoridade coatora indeferiu o pleito, sob o fundamento de que a coisa julgada não foi alcançada pela decisão proferida pelo C. STF.*

*- Nos autos do Recurso Extraordinário nº 1.055.941 foi proferida decisão liminar, em 15 de julho de 2019, determinando, com fundamento no artigo 1.035, § 5º, do Código de Processo Civil, a suspensão do processamento de todos os processos judiciais, inquéritos e procedimentos de investigação criminal (PIC's) em andamento, que foram instaurados em razão de dados compartilhados diretamente pelos órgãos de fiscalização e controle (Fisco, COAF e BACEN) com os Ministérios Públicos Federal e estaduais, contendo informações sobre movimentação bancária e fiscal dos contribuintes em geral, que não se limitaram à identificação dos titulares e dos montantes globais. Sublinhe-se que o Tema 990, decorrente da afetação do RE 1.055.941/SP no regime de Repercussão Geral, versa sobre a possibilidade de compartilhamento com o Ministério Público, para fins penais, dos dados bancários e fiscais do contribuinte, obtidos pelo Fisco no legítimo exercício de seu dever de fiscalizar, sem a intermediação do Poder Judiciário.*

*- A decisão liminar proferida no RE 1.055.941/SP determina, explicitamente, a suspensão do processamento de*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*todos os processos judiciais em andamento, não sendo esse o caso dos autos subjacentes, tendo em vista a ocorrência do trânsito em julgado da condenação.*

*- Ordem de Habeas Corpus denegada."*

Daí o presente **habeas corpus**, no qual a d. Defesa sustenta que, no "processo original (antes do desmembramento), quando do início da investigação, houve flagrante nulidade, não decretada ao longo do trâmite processual. Isto porque, documentos bancários foram utilizados como prova dos fatos, sem que houvesse qualquer tipo de autorização judicial para que os mesmos fossem compartilhados pela Receita Federal" (fl. 5).

Aduz que "o paciente pode ser preso a qualquer momento, e que a decisão do E. Supremo Tribunal Federal não limitou qual tipo de processo estaria abarcado pela suspensão, não resta alternativa que não a impetração do presente writ, não pelos motivos de direito expostos a seguir" (fl. 6).

Requer, inclusive LIMINARMENTE, "a suspensão da execução da pena (autos nº 0010713-86.2007.403.6105 e 0010516-82.2017.403.6105 - Numeração única do CNJ), e expedição do contra mandado de prisão, até o julgamento final do presente Habeas Corpus, sob pena dano irreparável ao Paciente; [...] ao final, seja concedida a ordem, para primeiramente confirmar a medida liminar; e, determinar a suspensão do andamento dos processos 0010713-86.2007.403.6105 e 0010516-82.2017.403.6105, até que o Supremo tribunal Federal, pelo seu Plenário, julgue em definitivo a matéria, através do instrumento da repercussão geral" (fls. 18-19).

Liminar **indeferida** (fls. 117-121).

Informações, às fls. 125-136.

O d. Ministério Público Federal, às fls. 139-142, oficiou pelo **não conhecimento ou denegação da ordem**, em r. parecer de seguinte ementa:

**"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ART. 1º, I, DA LEI N.º 8.137/1990. EXECUÇÃO PENAL. MANDADO DE PRISÃO PENDENTE DE CUMPRIMENTO.**

**COMPARTILHAMENTO DE DADOS BANCÁRIOS SEM AUTORIZAÇÃO JUDICIAL. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO STF. PRETENSÃO DE SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO PROFERIDA NO RE N.º 1.055.941/SP QUE NÃO ALCANÇA PROCESSO COM TRÂNSITO EM JULGADO.**

*Parecer pelo não conhecimento da ordem ou, caso conhecida, pela sua denegação."*

É o relatório.

**Decido.**

A **Terceira Seção desta Corte**, seguindo entendimento firmado pela **Primeira Turma do col. Pretório Excelso**, sedimentou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** substitutivo do recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Tal posicionamento tem por objetivo preservar a utilidade e eficácia do **habeas corpus** como instrumento constitucional de relevante valor para proteção da liberdade da pessoa, quando ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, de forma a garantir a necessária celeridade no seu julgamento. Assim, incabível o presente **mandamus**, porquanto substitutivo de recurso ordinário.

Em homenagem ao princípio da ampla defesa, contudo, necessário o exame da insurgência, a fim de se verificar eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

Para melhor delimitar a **quaestio**, transcrevo, inicialmente, os seguintes trechos do v. acórdão (fls. 96-103):

*"Trata-se de Habeas Corpus, com pedido de liminar, impetrado por Cícero Marcos Lima Lana em favor de ALFREDO DE ALCÂNTARA, contra ato imputado ao Juízo Federal da 1ª Vara de Campinas/SP, nos autos da ação penal nº 0010713-86.2007.4.03.6105.*

*Em suas razões, sustenta, em síntese que o paciente está sendo submetido a constrangimento ilegal, pois é patente a ilicitude da prova obtida pelo Fisco e aproveitada pela acusação na ação penal nº 0010713-86.2007.4.03.6105, na medida em que o acesso às informações*

*financeiras depende de prévia autorização judicial em face do princípio da reserva judicial. Alega que a questão teve Repercussão Geral reconhecida pelo C. STF no RE nº 1.055.941, devendo ser suspensa a ação penal subjacente. Nesse contexto, requer a concessão da liminar para suspender a execução da pena (autos nº 0010713- 86.2007.4.03.6105 e 0010516-82.2017.403.6105), expedindo-se o contramandado de prisão, até o julgamento final do presente Writ. No mérito, requer a confirmação da medida liminar, de modo a determinar a suspensão das referidas ações penais até o final do julgamento da repercussão geral admitida pelo C. STF no RE nº 1.055.941.*

*[...]*

*Narra o impetrante que o paciente foi denunciado como incurso no artigo 1º, inciso I, da Lei nº 8.137/1990, por fatos ocorridos nos anos de 2000 e 2001, tendo sido condenado por sentença à pena de 03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão. Em sede de apelação, os autos foram desmembrados (autos nºs. 010713-86.2007.4.03.6105 e 0000931- 32.2015.4.03.9999). Nos autos nº 0010713-86.2007.4.03.6105, a pena foi reduzida para 03 (três) anos de reclusão, por fatos relativos ao ano de 2001. Por sua vez, os fatos relativos ao ano de 2000 deram ensejo à ação penal nº 0000931- 32.2015.4.03.9999, cuja pena foi mantida em 03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão, sendo determinada novamente a reunião dos processos para a execução da pena.*

*O acórdão transitou em julgado para o Ministério Público em 17.06.2015. Os Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela defesa em face do v. acórdão não foram admitidos. Na mesma diretriz, os agravos apresentados em face dos despachos denegatórios não foram conhecidos.*

*Certificado o trânsito em julgado, os autos da execução foram autuados sob nº 0010516-82.2017.403.6105, encontrando-se o paciente atualmente foragido e pendente a execução das penas.*

*De acordo com as informações prestadas pela autoridade impetrada, o mandado de prisão pende de cumprimento para a expedição da guia de recolhimento para início da execução da pena.*

*O impetrante pugna pelo reconhecimento da nulidade das provas compartilhadas indevidamente pela Receita Federal nos autos nº 0010713-86.2007.403.6105; ou, pelo menos a suspensão do andamento dos processos 0010713- 86.2007.403.6105 e 0010516-82.2017.403.6105, até o final do julgamento da Repercussão Geral admitida pelo C. STF no RE nº 1.055.941.*

*A autoridade coatora indeferiu o pleito, sob o fundamento de que a coisa julgada não foi alcançada pela decisão proferida pelo C. STF, cumprindo transcrever (ID 89849877):*

*(...) Fls. 1088/1095: Trata-se de pedido de suspensão do processo em razão da liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal determinando a suspensão dos processos que versem sobre o tema de repercussão geral nº 990. Naquela decisão, como bem transcrito pela defesa, houve determinação de suspensão do*

*processamento de todos os processos judiciais em andamento, bem como dos inquéritos e procedimentos de investigação criminal.*

*No presente caso concreto, já houve trânsito em julgado da condenação, estando o réu foragido e pendente a execução da pena. Não se trata, portanto, de ação penal em andamento, não estando a coisa julgada, a priori, alcançada pela referida decisão. Posto isso, indefiro o pedido da defesa. (...) g.n.*

*Com efeito, nos autos do Recurso Extraordinário n.º 1.055.941 foi proferida decisão liminar, em 15 de julho de 2019, determinando, com fundamento no artigo 1.035, § 5º, do Código de Processo Civil, a suspensão do processamento de todos os processos judiciais, inquéritos e procedimentos de investigação criminal (PIC's) em andamento, que foram instaurados em razão de dados compartilhados diretamente pelos órgãos de fiscalização e controle (Fisco, COAF e BACEN) com os Ministérios Públicos Federal e estaduais, contendo informações sobre movimentação bancária e fiscal dos contribuintes em geral, que não se limitaram à identificação dos titulares e dos montantes globais.*

*Sublinhe-se que o Tema 990, decorrente da afetação do RE 1.055.941/SP no regime de Repercussão Geral, versa sobre a possibilidade de compartilhamento com o Ministério Público, para fins penais, dos dados bancários e fiscais do contribuinte, obtidos pelo Fisco no legítimo exercício de seu dever de fiscalizar, sem a intermediação do Poder Judiciário.*

*Note-se que a decisão liminar proferida no RE 1.055.941/SP determina, explicitamente, a suspensão do processamento de todos os processos judiciais em andamento, não sendo esse o caso dos autos subjacentes, tendo em vista a ocorrência do trânsito em julgado da condenação.*

*Ante o exposto, DENEGO A ORDEM DE HABEAS CORPUS."*

Digno de nota o r. parecer da **Dra. Maria Iraneide Olinda Santoro Facchini, Subprocuradora-Geral da República**, nestes autos (fls. 139-142):

*"A ordem não comporta conhecimento ou, caso conhecida, deve ser denegada.*

*Registra-se, de início, o não cabimento da impetração de habeas corpus em substituição ao recurso ordinário, que seria o instrumento jurídico adequado para a desconstituição do acórdão que denegou a impetração originária.*

*[...]*

*Como se vê, a decisão proferida nos autos do RE n.º 1.055.941 foi explícita ao limitar a determinação de suspensão aos processos judiciais que este- jam em andamento, verbis:*

[...]

*Assim, não há falar na suspensão do processo de execução do paciente, que, diga-se, encontra-se foragido e sequer iniciou o cumprimento de sua pena, diante do trânsito em julgado da condenação. Não se trata, portanto, de ação penal em andamento.*

*Pelo exposto, o Ministério Público Federal opina pelo não conhecimento da ordem ou, caso conhecida, pela sua denegação."*

**Pois bem.**

Da inicial, se apreende que a d. Defesa busca, em suma, a suspensão do feito principal, com base na **decisão liminar** proferida pelo **Ilmo. Min. Dias Toffoli**, em 15/07/2019, nos autos do **RE n. 1.055.941/SP**.

Conforme já havia sido até mesmo adiantado quando da análise liminar (fls. 117-121), o caso em voga não se subsumia à situação da decisão liminar acima mencionada.

Agora, nem mesmo com o julgamento definitivo do **RE n. 1.055.941/SP**, tenho que seria o caso de conceder a ordem, de ofício.

**Explico.**

O caso em voga, além de já ter tido o **trânsito em julgado**, também se encontra em fase de **execução definitiva**.

Isso, por si só, já demonstra a clara pretensão de **revisão criminal**, de forma originária, nesta via do **habeas corpus**, o que não se mostra possível, seja pela necessidade de reexame fático-probatório, seja pela ausência de manifestação do eg. Tribunal de origem sobre a revisão (supressão de instância) ou seja porque a própria revisão, mesmo se esta eg. Corte fosse competente, sequer poderia ser admitida, já que a mera mudança de entendimento jurisprudencial não a autorizaria.

Sobre o assunto, o **art. 621, incisos, do Código de Processo Penal**:

*"Art. 621. A revisão dos processos findos será admitida:*

*I - quando a sentença condenatória for contrária ao texto expreso da lei penal ou à evidência dos autos;*

*II - quando a sentença condenatória se fundar em depoimentos,*

*exames ou documentos comprovadamente falsos;*

*III - quando, após a sentença, se descobrirem novas provas de inocência do condenado ou de circunstância que determine ou autorize diminuição especial da pena."*

Ainda, acerca da **revisão criminal**: "A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é no sentido de que a mudança de entendimento jurisprudencial posterior ao trânsito em julgado da condenação não autoriza o ajuizamento de revisão criminal visando a sua aplicação retroativa, o que afasta as alegações de constrangimento ilegal e teratologia trazidos pelo agravante (AgRg no HC 445.141/RJ, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, Sexta Turma, julgado em 18/9/2018, DJe 1º/10/2018)" (AgRg no REsp 1816088/RS, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe 22/08/2019).

Exemplificativamente, sobre a impossibilidade de revolvimento fático-probatório na via estreita do **habeas corpus** e de seu **recurso ordinário**:

*"PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. CRIME TRIBUTÁRIO. DELITO SOCIETÁRIO. DENÚNCIA. DESCRIÇÃO DAS CONDUTAS INDIVIDUALIZADAS. TRANCAMENTO DO PROCESSO-CRIME. EXCEPCIONALIDADE. JUSTA CAUSA PARA A PERSECUÇÃO PENAL. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. DECISÃO QUE RECEBEU A PEÇA ACUSATÓRIA. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA. DESNECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO EXAURIENTE. ALEGADAS NULIDADES. NÃO DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO. TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL. CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA VINCULANTE 24. RECURSO DESPROVIDO.*

*1. Nos termos do entendimento consolidado desta Corte, o trancamento da ação penal por meio do habeas corpus é medida excepcional, que somente deve ser adotada quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito.*

*2. Se as instâncias ordinárias reconheceram, de forma motivada, que existem elementos de convicção a demonstrar a materialidade delitiva e autoria delitiva quanto à conduta descrita na peça acusatória, para infirmar tal conclusão*



*seria necessário revolver o contexto fático-probatório dos autos, o que não se coaduna com a via do writ.*

[...]

9. *Recurso desprovido*" (RHC n. 85.177/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe de 25/04/2018, grifei).

*"PROCESSUAL PENAL. DENÚNCIA. RECEBIMENTO. DECISÃO DESPROVIDA DE FUNDAMENTOS. QUESTÃO NÃO DECIDIDA NO ACÓRDÃO RECORRIDO. NÃO CONHECIMENTO SOB PENA DE INDEVIDA SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. CONTRABANDO NA REDAÇÃO ANTERIOR DO ART. 334 DO CÓDIGO PENAL E RECEPÇÃO. INÉPCIA DA DENÚNCIA E TRANCAMENTO POR ATIPICIDADE. IMPOSSIBILIDADE. CRIMES CONEXOS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. SÚMULA 122. SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO. APREENSÃO DO LIVRO RARO NAQUELE TERRITÓRIO. RECURSO CONHECIDO EM PARTE E, NA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.*

1. *Não se conhece da alegação de falta de fundamentos no recebimento da denúncia, sob pena de supressão de instância, se não foi a questão decidida no acórdão recorrido.*

2. *Devidamente descritos os fatos delituosos (indícios de autoria e materialidade), não há falar em inépcia da denúncia.*

3. *O habeas corpus não se apresenta como via adequada ao trancamento da ação penal, quando o pleito se baseia em falta de justa causa (atipicidade), não relevada, primo oculi. Intento que demanda revolvimento fático-probatório, não condizente com a via restrita do writ.*

[...]

5. *Recurso conhecido em parte e, nesta extensão, não provido*" (RHC n. 81.354/SP, **Sexta Turma**, Rel.<sup>a</sup> Min.<sup>a</sup> **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe de 11/05/2018, grifei).

*"RECURSO EM HABEAS CORPUS. ART. 298, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL. TRANCAMENTO DO PROCESSO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. RECURSO EM HABEAS CORPUS NÃO PROVIDO.*

1. *O trancamento do processo, no âmbito de habeas corpus, é medida excepcional, somente cabível quando demonstrada a absoluta ausência de provas da materialidade do crime e de indícios de autoria (falta de justa causa), a atipicidade da conduta ou a existência de causa extintiva da punibilidade.*

2. *O pretense reconhecimento de inexistência de justa causa para o prosseguimento da ação penal - com*

***fundamento na ausência de indícios de materialidade e autoria - demandaria o exame das provas eventualmente colhidas ao longo da instrução criminal, o que é inviável na via estreita da ação constitucional.***

3. *Recurso em habeas corpus não provido*" (RHC n. 71.287/PA, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Rogério Schietti Cruz**, DJe de 28/11/2017, grifei).

Por fim, trago à colação julgado recente desta **Quinta Turma**, demonstrando a impossibilidade de se buscar a revisão criminal em supressão de instância, **verbis**:

*"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. PRETENSÃO DE NULIDADE DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. PEDIDO DE EXTENSÃO DE EFEITOS ABSOLUTÓRIOS CONFERIDOS AOS CORRÉUS. MATÉRIA NÃO CONHECIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. WRIT UTILIZADO COMO SUCEDÂNEO DE REVISÃO CRIMINAL. INVIABILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*

*[...]*

3. *Demais disso, o exame das alegações dos impetrantes se mostra processualmente inviável, uma vez que transmuta o habeas corpus em sucedâneo de revisão criminal, configurando, assim, usurpação da competência do Tribunal de origem, nos termos dos arts. 105, I, "e" e 108, I, "b", ambos da Constituição Federal.*

4. *Habeas corpus não conhecido.*" (HC 483.065/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe 11/11/2019, grifei)

Ante o exposto, **não conheço do habeas corpus.**

P. I.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator